



FLORESTA PARA TODOS

NEWSLETTER — SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS

EDIÇÃO 13 | MARÇO 2019

ESTADO ATUAL

Passaram dois anos (21/03/2017) desde o Conselho de Ministros que lançou as bases da intitulada “Reforma da Floresta Portuguesa”, compreendendo um conjunto de medidas em reação aos incêndios de 2016, um ano particularmente grave do ponto de vista dos seus impactos. Recorde-se que, no ano 2016, arderam 160 838ha de espaços florestais e agrícolas. A publicação desses diplomas foi sendo feita ao longo de 2017 e abrangeram três grandes temas: ordenamento do território, combate aos incêndios e titularidade das terras. O pacote legislativo preparado pelo Governo procurava, assim, dar uma resposta estruturante no sentido de defender e apoiar o ativo económico, ambiental e social das florestas. No entanto, o pior ainda estava para vir. Ainda sem tempo de implementação de todas as medidas aprovadas, os acontecimentos trágicos de junho e outubro de 2017, com uma área total ardida de 247263ha, a perda de pessoas e bens, vieram realçar ainda mais as fragilidades do nosso dispositivo de prevenção e combate, bem como a vulnerabilidades dos espaços florestais. Após os incêndios de junho de 2017 foi criada a Comissão Técnica Independente (CTI) para análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram, numa primeira fase, em junho e posteriormente, em outubro. Esta comissão apresentou os seus resultados em dois relatórios técnicos, nos quais estão refletidas um conjunto de recomendações a serem seguidas com impacto significativo em todo o dispositivo de prevenção e combate. Salienta-se a criação, em fevereiro de 2018, da AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, entidade que tem como principal objetivo promover a coordenação entre as diversas instituições que participam no sistema e a sua articulação, em cada uma das fases de operação.



UMA FLORESTA DE TODOS

Em 2011, a propósito do Ano Internacional das Floresta, a Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais publicou mensalmente a newsletter FLORESTA PARA TODOS. Passados 8 anos, retoma-se a sua publicação usando-a como um instrumento comunicação mas fundamentalmente como um instrumento de aproximação entre associados. Pretende-se que nesta newsletter haja espaço para que diferentes orientações do pensamento florestal possam expressar-se, para que reflexões e partilhas de ideias sobre o espaço, a ciência e a técnica florestal possam ser difundidas. Haverá divulgação do que de mais relevante ocorra a nível nacional e mundial no setor florestal. A newsletter de formato digital terá periodicidade trimestral, será distribuída através da mailing list da SPCF ficando também alojada no seu site.

EVENTOS

10 E 11 DE ABRIL

Seminário Técnico sobre o Fogo e a Paisagem
<https://www.aptran.pt/seminario-vimoso-2019>

12 A 15 DE ABRIL

Curso Avançado sobre “A Tracção Animal na Gestão Florestal Sustentável”
<https://www.aptran.pt/inscricoes-curso-avancado-2019>

13 DE ABRIL

Dia aberto do Curso Avançado sobre “A Tracção Animal na Gestão Florestal Sustentável” para sócios da SPCF.
<https://www.aptran.pt/inscricoes-curso-avancado-2019>

6 DE MAIO

Seminário do Encontro Internacional do Fogo Controlado – FlameWork
Organizado por C.M. Mafra: CITAB; ESAC e European Forest Risk Facility

13 DE MAIO

Seminário “Os PROF’s e os desafios do ordenamento e gestão florestal em Portugal”
<http://www.spcfloretais.pt/>

INTERNACIONAIS

The Global Symposium on Soil Erosion
FAO HQ, Rome, Italy on 15–17 May 2019
<http://www.fao.org/about/meetings/soil-erosion-symposium/en/>

R20 Austrian World Summit
Vienna, Austria on 28–29 May 2019
<https://www.austrianworldsummit.com/>

Jornadas Científico/técnicas “Desafios e aplicações de inventários florestais”
SECF, Madrid on 11 Jun 2019

EURO2019 Congress: Operations research and digital technologies in forestry
Dublin, Ireland on 23–26 Jun 2019
<http://ffors.org/euro-2019/>

Ainda tendo por base o relatório da CTI, que demonstrou a necessidade de modificar um sistema que se revelou ineficaz perante as evoluções de contexto social, paisagístico e meteorológico, foi publicada a Diretiva Única de Prevenção e Combate que tem como intenção lançar as primeiras orientações de uma ação coordenada entre todos os agentes com responsabilidades primárias no âmbito da gestão de fogos rurais. Nela são definidas as atribuições primárias e o modo de articulação dos múltiplos agentes com valências e responsabilidades partilhadas em meios rurais e periurbanos, nas diversas áreas tutelares, atuando de modo a assegurar a gestão dos espaços. É também finalidade desta Diretiva tornar o âmbito de atuação mais abrangente, considerando toda a sequência de processos, desde o planeamento à avaliação global.

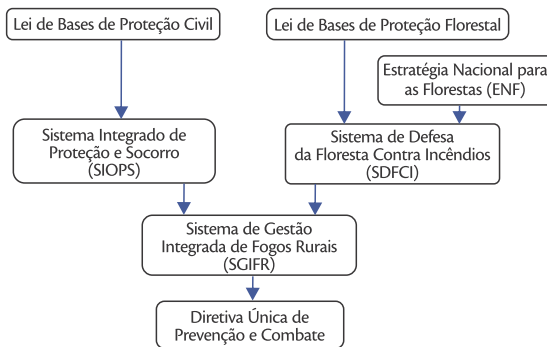


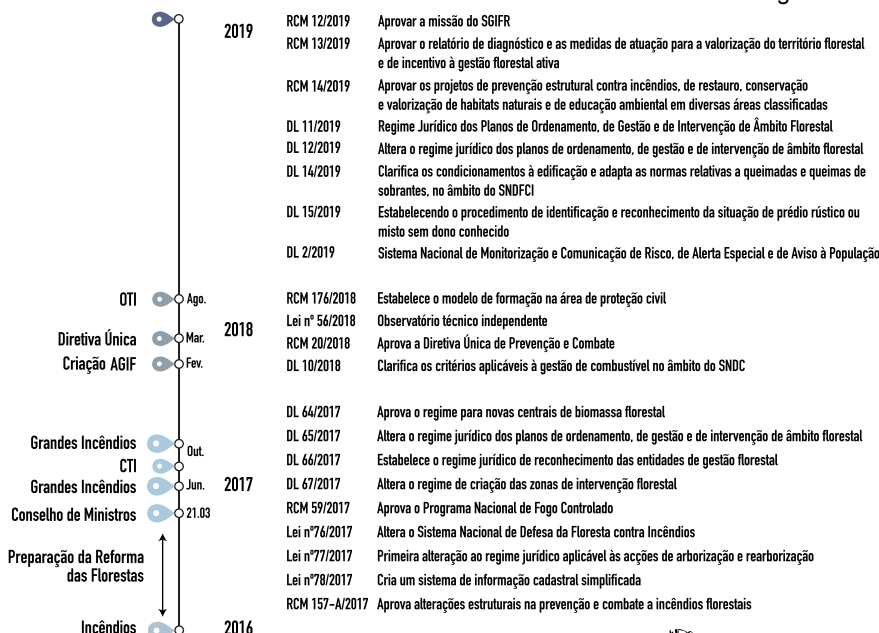
Diagrama conceptual sintético mostrando a relação entre iniciativas e diplomas legais. Fonte: Observatório Técnico Independente.

De referir ainda a criação da empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal no âmbito do Programa de Valorização do Interior que conta atualmente com 86 propriedades de norte a sul do País, num total de cerca de 14 mil hectares.

Outras iniciativas têm decorrido em paralelo, de que é exemplo a criação do Forest-WISE, Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo que tem por finalidade a prossecução de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&i), transferência de conhecimento e tecnologias, em articulação com empresas e outras entidades.

De forma resumida, estes foram os principais acontecimentos que ocorreram desde 2016 e que alteraram profundamente a forma como a floresta é vista e sentida, não só pelos agentes que diretamente ou indiretamente se relacionam com ela, mas também pelos decisores políticos e sociedade em geral. Todas estas alterações, ainda em curso, necessitam agora de tempo, determinação e perseverança para que possam ter os impactos desejáveis, num processo que requer serenidade, mas uma constante monitorização e avaliação.

Jorge Cunha
Engº Florestal



UMA FIGURA, UM EVENTO,
UMA IMAGEM,
UM PENSAMENTO



Professor António Alberto Monteiro Alves (1931 – 2015)

O Professor emérito António Monteiro Alves foi sócio fundador e o primeiro Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais. Para além de um florestal de excelência, era um artista, que apesar de preferir a escrita à palavra, na sua faceta de comunicador colaborou com Sousa Veloso na fase inicial do programa da RTP “Vida Rural”. Conhecia a realidade florestal que transmitia aos alunos, em visitas de estudo inesquecíveis, e sensibilizava-os para as questões sociais e ambientais. Foi um silvicultor que participou ativamente na Ordem dos Engenheiros, membro Conselheiro e Presidente do colégio Silvícola, foi também membro fundador da Academia de Engenharia.

“As suas áreas de trabalho, quer na atividade académica quer profissional, em organismos públicos e na consultoria privada, foram essencialmente a silvicultura e a economia florestal, as suas técnicas, produtividade, planeamento, resultados económico-financeiros e ordenamento dos espaços florestais. Participou, no início, no Plano de Fomento Suberícola-Direção-Geral das Florestas/Junta Nacional da Cortiça (1956-2000). Foi também Presidente do Fundo de Fomento Florestal (1972-1974).

Ingressado na atividade académica em 1960, no âmbito da qual publicou algumas dezenas de artigos em revistas e reuniões nacionais e internacionais. Destacamos cinco dos seus livros: Planeamento da Empresa Florestal, Técnicas de Produção Florestal, Dois Séculos da Floresta em Portugal, Silvicultura – Gestão dos Ecossistemas Florestais e Plantações Florestais (estes três últimos, em coautoria). Desempenhou as funções de Presidente do Conselho Diretivo (1979-1981) e do Conselho Científico (1985-1987) do Instituto Superior de Agronomia (UTL) e de Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1987-2000).”

OPINIÃO DE

FLORESTAS DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

Quando me inscrevi no curso de engenheiro silvicultor no Instituto Superior de Agronomia, há quase 40 anos, estava longe de imaginar a floresta de hoje. Era um tempo em que ainda havia serviços florestais dignos desse nome. A floresta do Centro e do Norte ainda era dominada pelo pinhal-bravo que, apesar das muitas críticas, lá ia cumprindo as suas funções produtivas (madeira e resina), e de conservação do solo, da água e também da biodiversidade. Era um tempo em que já se falava de incêndios, mas não com o dramatismo de hoje em dia, com áreas queimadas já elevadas, mas nada comparável com a média das áreas queimadas dos últimos anos. Já havia alguns problemas com a invasão de espécies exóticas, mas com uma dimensão muito inferior ao que temos atualmente. Enfim, era ainda o tempo em que o termo floresta estava ainda conotado com fruição, paisagem, biodiversidade e bem público.

Chegamos a 2019 com uma situação bem distinta. A percepção que hoje em dia temos das coisas é em grande medida influenciada pelas notícias, pelas redes sociais e por outros conteúdos facilmente acessíveis via internet. Numa rápida busca no Google notícias, feita a 18 de março, utilizando as palavras “floresta” e “Portugal”, metade das notícias falavam diretamente ou indiretamente de incêndios, e uma outra parte menor sobre as polémicas em redor do eucalipto. Apenas uma pequena parte das notícias se referia os benefícios ambientais, sociais ou económicos da floresta (os três pilares da sustentabilidade). Provavelmente muitos portugueses não se apercebem da anormalidade da situação portuguesa. Não existirão muitos exemplos a nível mundial de países, em que o termo floresta esteja tão pouco associado aos seus benefícios.

Porquê esta singularidade portuguesa no que toca à floresta? A forma como chegámos até aqui conta-se em poucas palavras, mas para isso precisamos de recuar um pouco no tempo. A redução do coberto florestal em Portugal teve o seu auge no Século XIX. Segundo cronistas da época o território português era caracterizado por serras escalvadas e charnecas com escasso arvoredo, resultado de séculos de cortes, fogos e pastoreio. As reformas liberais do século XIX privatizaram vastas áreas nestas condições, nomeadamente terrenos baldios, tendo o Estado retido na sua posse um património fundiário escassíssimo, quando comparado com os restantes países Europeus. Foi sobretudo “esta oportunidade perdida”, como lhe chamou Américo Carvalho Mendes, para aumentar a área de floresta pública, a grande responsável pela elevadíssima percentagem de floresta privada que temos atualmente. Naturalmente que as florestas privadas estão vocacionadas sobretudo para gerar rendimento aos seus proprietários e não tanto para prestar serviços à sociedade. Naturalmente que os proprietários privados optaram pelas alternativas economicamente mais interessantes, primeiro o pinheiro-bravo e depois o eucalipto no centro e norte, e o sobreiro no sul, estimulados pela procura da indústria transformadora de matérias primas florestais. O resultado



JOAQUIM SANDE SILVA

foram enormes áreas contínuas de pinheiro-bravo, numa primeira fase e atualmente de grandes áreas contínuas de eucalipto. Os incêndios de grandes dimensões surgiram também naturalmente, num território em que a ocupação florestal é ditada por interesses individuais, e não por uma lógica de ordenamento racional do espaço, numa perspectiva de bem comum e de longo prazo. Os últimos 40 anos assistiram assim a alterações profundas no coberto florestal em Portugal. Ao contrário da expansão do pinheiro-bravo que sofreu uma profunda reversão a partir dos anos 90, que se traduziu numa redução de 50% da área ocupada, a expansão do eucalipto veio para ficar, devido à extrema resiliência da espécie e à sua excelente adaptação ao fogo. Ao contrário da expansão do pinheiro-bravo que era preconizada pelos serviços florestais como um primeiro passo para a recuperação de solos degradados de forma a permitir a instalação futura de uma floresta mais exigente de folhosas nativas, a expansão do eucalipto e o regime atual de fogo e de abandono apenas têm tido como resultado ainda mais eucalipto. O abandono é talvez o último capítulo desta novela triste, pois o que se tem verificado é que os proprietários, inicialmente animados pela perspectiva de maiores rendimentos, rapidamente chegaram à conclusão que não vale a pena investir num bem que mais tarde ou mais cedo irá arder. Esta conotação do termo floresta com fogo, morte, eucalipto, exóticas e abandono será provavelmente uma das razões da desmotivação dos jovens em abraçar a profissão de engenheiro florestal. Utilizando um indicador singelo de procura

dos cursos florestais por parte dos candidatos ao ensino superior (nº de alunos colocados na primeira fase em cursos florestais /1000 candidatos ao ensino superior) chega-se à conclusão que esse indicador se reduziu para um terço entre 2007 e 2017. Este período assistiu à extinção de quatro cursos em institutos politécnicos, restando atualmente apenas três a funcionar, qualquer um deles com grandes problemas de procura. Enfim, algo vai mal nas florestas em Portugal nos dias de hoje. Infelizmente apesar da verborreia que se houve frequentemente com apelos piedosos ao esforço conjunto para mudar a floresta ou com anúncios bombásticos de agora é que é, porque saiu um rol de legislação que irá mudar tudo, não existem indícios que essa mudança venha a ser para melhor. As florestas de ontem não irão voltar e as de amanhã provavelmente não serão melhores que as de hoje. Para que tal acontecesse seria necessário que a sociedade estivesse melhor esclarecida e motivada para resolver o estado lastimoso a que chegámos atualmente, sobretudo a norte do Tejo (os montados, sistemas agroflorestais e não exatamente florestas, são um caso à parte nesta história). Em alternativa ou complementarmente seria necessário termos governantes verdadeiramente empenhados em mudar alguma coisa, mesmo com custos eleitorais, o que de facto não parece ser o caso. Há ainda quem viva de ilusões e pense que até é possível inverter o rumo com as medidas legislativas já tomadas e com outras em preparação. Não me parece que, no atual quadro político e social se consigam vencer as duas grandes forças em jogo: a da natureza, com uma floresta desordenada dominada por exóticas que beneficiam do atual regime de fogo; e a social, com uma propriedade ultrafragmentada esmagadoramente privada, em que a sociedade e o Estado não têm tido, até agora, forma de alterar o uso florestal do solo de acordo com objetivos de bem-comum. Junte-se a este cenário a perspectiva de agravamento das alterações climáticas, que tudo aponta, irão contribuir para aumentar ainda mais a suscetibilidade ao fogo, e temos todos os ingredientes para manter ou mesmo agravar o processo de degradação dos espaços florestais. Gostaria muito de estar enganado, mas até agora mesmo os piores cenários têm sido ultrapassados pela realidade.

Joaquim Sande Silva
Engº Florestal,
Professor na ESAC



JOAQUIM SANDE SILVA

BREVES



No dia em que se realizou o Seminário "Gestão florestal e resiliência das comunidades ao fogo" no Grande Hotel do Luso a SPCF teve a oportunidade de plantar uma árvore na Mata do Bussaco juntando-se ao projeto "Criar raízes na Mata do Bussaco".



No dia 28 de maio de 2018, por convite da Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República, a SPCF participou no Seminário VALORIZAR E PROMOVER A FLORESTA, onde questionou: "Será a floresta um setor estratégico para o país?"



A Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais é parceira, desde a primeira hora, do movimento ECONTIGO ECOMTODOS lançado pelo ICNF e pela DGE lançado no dia 19 de março para assinalar o Dia Internacional das Florestas. A campanha abrange 100 escolas com projetos ecológicos e visa sensibilizá-los para uma "tomada de consciência do valor da floresta", não só o valor económico, mas também o valor ambiental e social, pretende também alertar para os riscos associados a alterações climáticas, o abandono, a desertificação e os incêndios florestais.

EDIÇÃO: SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS